

Começando a avançar pelo caminho certo

A instabilidade própria de uma economia que funciona com uma inflação de quase 20% ao mês recomenda prudência nos diagnósticos e na avaliação das informações sobre o desempenho dos diferentes setores, pois do contrário qualquer observador corre o risco de assumir uma espécie de visão ciclotímica do País, como acontece até com o presidente José Sarney, cujos discursos têm feito um rápido movimento pendular entre o otimismo "delirante" e o pessimismo, que ele só vê nos outros e que, na realidade, é apenas objetividade na análise da situação de falência do Estado.

Na última sexta-feira, em seu programa *Conversa ao Pé do Rádio*, o presidente da República dizia que é preciso acabar com a paranoíta da desgraça, pois "estamos vencendo aquilo que os pessimistas chamam de crise". De fato, como veremos adiante, há alguns sinais inequívocos de que a economia está saindo da letargia em que a deixaram os economistas do PMDB e a maioria dos caloteiros, mas nada nos autoriza a dizer que estamos vencendo a crise. Ela está aí, como reconheceu o presidente no seu discurso de segunda-feira na Escola Superior de Guerra, ao afirmar que "o Estado brasileiro chegou a um ponto de exaustão em que ele não tem recursos para gerir e atender às necessidades mínimas que competem ao Estado nos setores de saúde, de educação e dos demais serviços públicos".

A ciclotimia, na verdade, não existe apenas nos discursos do presidente. Ela está presente nas declarações precipitadas de técnicos do Ministério da Fazenda e da Fundação IBGE que antecipavam um declínio do índice de inflação oficial neste mês de junho, apesar do aumento de cerca de 25% nos combustíveis e dos estouros na base monetária ocorridos nos últimos meses, e nas novas previsões do Banco Central, que apontam para um índice superior a 18%, isto é, mais alto que o de maio (17,78%).

Existem, contudo, sinais que justificam algum otimismo em relação ao comportamento da economia nos próximos meses. O primeiro desses sinais é o apoio dado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (Bird) à política do ministro Mafson da Nóbrega. Essas duas instituições financeiras internacionais estão enviando aos bancos mensagens de confiança no programa montado pelo ministro da Fazenda e pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Falta apenas o sinal verde final aos bancos, que o FMI só vai dar quando receber as informações sobre o déficit público de 1987. Essas informações serão fornecidas aos dois economistas do Fundo, Doris Rosse e Eric Cliffon, que esta semana deverão voltar ao Brasil.

Assim, tudo indica que até a primeira quinzena de agosto será assinado o acordo entre o País e o FMI, considerado essencial pelos bancos credores e para a retomada das negociações com as instituições oficiais dos países do Clube de Paris. Segundo o correspondente em Washington da *Gazeta Mercantil*, Paulo Sotero, um funcionário que leu a versão preliminar do texto a ser enviado pelo diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, aos credores, disse que ele é "o mais positivo entre todos os que o FMI já fez em relação ao Brasil desde o início da crise da dívida", há quase seis anos.

A referida fonte revelou ainda que o texto de Michel Camdessus "elogia as intenções do programa econômico brasileiro e enfatiza que o fato de as medidas iniciais terem sido anunciadas em circunstâncias políticas fortemente desfavoráveis indica a seriedade de propósitos da equipe econômica brasileira". Está bem claro, portanto, que a direção do FMI não está aprovando apenas o programa apresentado pelo governo brasileiro, que, como todos sabem, está muito aquém do nível de exigência desse organismo internacional, mas dando um enorme crédito de confiança ao ministro Mafson da Nóbrega.

Algo semelhante está acontecendo no Bird, que igualmente confia na atuação do ministro da Fazenda. Na semana passada essa instituição concedeu empréstimo no valor de US\$ 195 milhões ao Brasil, praticamente reabrindo a torneira do crédito ao País, que poderá receber mais US\$ 800 milhões ainda este mês ou mais, se houver tempo para concluir a documentação de outro empréstimo de US\$ 175 milhões para as localidades do Estado do Rio de Janeiro atingidas pelas violentas chuvas no começo deste ano. Para o segundo semestre, o Bird estuda mais dois financiamentos no total de US\$ 1 bilhão, metade para o setor elétrico e metade para a mudança da política comercial do País.

Esses fatos demonstram que o Brasil vai arduamente conseguindo degelar as suas relações com os credores externos, gravemente prejudicadas pelos ministros do PMDB, que só fizeram afastar o País da verdadeira solução para os seus problemas. E o mais importante é que esse novo clima criado pela gestão responsável do ministro Mafson da Nóbrega está despertando os investidores nacionais e estrangeiros, que já se sentem animados — apesar da desastrosa influência das decisões da Assembléa Nacional Constituinte — a fazer planos para o futuro. Este ano, graças à conversão de parte da dívida externa em capital de risco, os investimentos de capital estrangeiro na economia brasileira deverão atingir US\$ 1,7 bilhão, o maior valor desde 1982.

Há investimentos importantes em ampliação de capacidade e modernização tecnológica nos setores de papel e celulose, automobilístico, químico e petroquímico, animados pelas boas perspectivas do mercado externo. Mas tudo isso é apenas o começo de uma nova era em que o Estado, literalmente falido como atesta o presidente Sarney, cede passagem para as iniciativas do capital privado, que de agora em diante poderá iniciar a reconquista do espaço econômico ocupado indevidamente pelo braço empresarial do governo.

Os investidores privados, o FMI, o Banco Mundial e os bancos internacionais estão dando um impulso decisivo a esse grande esforço de saneamento das finanças públicas brasileiras, mas isso somente vai continuar se o governo persistir no caminho aberto pelo ministro Mafson da Nóbrega, livrando- de pressões políticas como a do governador Quêrcia e de outros políticos ambiciosos e gastadores. Qualquer afrouxamento da linha de austeridade só poderá atrasar a recuperação da economia, ao passo que o esforço para reduzir o déficit será premiado com a queda da inflação e com a volta de um clima favorável ao crescimento econômico, sob a liderança do setor privado.

A situação do Estado é de penúria, como definiu acertadamente o presidente Sarney na Escola Superior de Guerra, porém o setor privado da economia brasileira permanece firme e saudável, dependendo apenas da manutenção do rumo em boa hora traçado pelo ministro da Fazenda.

Para que o País "saia da crise" vai demorar algum tempo — muito ou pouco, dependendo da coragem com que for atacado o problema do saneamento das finanças do Estado. Mas não existe a menor dúvida de que estamos começando a avançar pelo caminho certo.